



POLÍTICA EDUCACIONAL DENTRO DAS VISÕES E PERCEPÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: QUAL A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DOS CONSELHOS ESCOLARES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA MAIS DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Rosângela Miranda de Lima¹; Mércia Inara Rodrigues de Farias²; Maria Sônia Lopes da Silva³; Terezinha Cleide Ferreira de medeiros⁴; Ângela Cristina Alves Albino⁵

¹Universidade Federal da Paraíba-CCA, e-mail: rosangela.biologiaufpb@gmail.com; ²Universidade Federal da Paraíba-CCA, e-mail: mercia.inara@hotmail.com ; ³Universidade Federal da Paraíba-CCA, e-mail: sonia_cg_10@hotmail.com; ⁴Universidade Federal da Paraíba-CCA, e-mail: cleidinhamedeiros01@hotmail.com; ⁵Universidade Federal da Paraíba-CCA, Orientadora, e-mail: angela.educ@gmail.com

RESUMO

Trabalhar a temática da gestão educacional é algo que vem repercutindo mais no meio acadêmico e escolar. Afinal para que se ocorra melhorias no ensino, é necessário investir não somente na formação de professores, mas na organização do ambiente escolar e esta é reponsabilidade primordial das Secretarias Municipais de Educação que devem coordenar os gestores das instituições de ensino de seus municípios conforme é apresentado na LDB lei 3.694/96. Para que se alcance as metas estabelecidas para o ensino no país é necessário que as Secretarias de Educação também colaborem com esse processo, compreendendo a dinâmica do ambiente escolar, incluindo desse as políticas educacionais, o papel dos conselhos escolares, a própria questão financeira e administrar os problemas que surgirem durante esse processo através de uma gestão democrática. Com base nessas percepções foi realizada uma pesquisa, a partir de um questionário semiestruturado destinado a dois secretários municipais de educação, de modo a indaga-los sobre suas percepções a cerca dos temas listados acima. Dessa forma o referente trabalho tem como objetivo analisar o ponto de vista dos secretários da educação de dois municípios, com intuito de avaliar o conhecimento dos mesmos em relação às políticas públicas para averiguarmos seu potencial de assumir um cargo que é de tão grande importância para à Educação Brasileira.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

PALAVRAS CHAVES: gestão, programas educacionais, participação

INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se tem discutido sobre a temática da administração escolar, buscando encontrar alternativas que visem à efetiva gestão democrática dentro do âmbito da escola pública.

O ensino público no Brasil está experimentando transformações profundas. Reformas nacionais juntamente com iniciativas em âmbito estadual e municipal estão alterando as práticas pedagógicas e a organização escolar, na tentativa de dar eficácia à escola e universalizar o seu acesso. (LÜCK. et.al. 2005, p.9)

Quando falamos de administração pública estamos falando em políticas que rege está educação, neste sentido, o referido trabalho busca apresentar reflexões a partir do conhecimento dos secretários da educação entrevistados sobre as políticas educacionais, caso estas políticas não forem administradas de forma democrática, pode causar um grande impacto na educação, seja ela estadual ou municipal. No caso deste trabalho estamos dando uma ênfase nas políticas publicas das escolhas municipais, atrás das entrevistas realizadas com dois secretários da educação de diferentes municípios.

Enfatizamos que um profissional tão importante pra educação publica precisam está por dentro de todos os aspectos da educação, podemos até comparar com a administração de uma empresa. O trabalho do administrador de empresas é extremamente complexo. Ele deve estar atento a tudo, saber um pouco de tudo, não pode ser especialista em determinado assunto e ignorar por completo os demais. Deve ter uma visão holística e sistêmica, que abrange as diversas facetas de uma organização. Conforme lição de CHIAVENATO (2001, p. 15).

Sobre o conselho escolar:

Do ponto de vista de Bobbio (2000), participação associa-se à democracia enquanto meio para alcançar sua vitalidade e realização. A relação entre participação e democracia, para Santos (2005), implica a formulação de critérios democráticos de participação política que não se restringe apenas ao ato de votar.

Alguns pesquisadores do tema da gestão escolar defendem que o compartilhamento de poder na gestão da escola pode favorecer os resultados educacionais, à medida que envolveria todos os que fazem “parte direta ou indiretamente do



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

processo educacional no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, na proposição de planos de ação, em sua implementação, monitoramento e avaliação” (LÜCK, FREITAS, GIRLING & KEITH apud LÜCK, 2006, p.22).

Dessa forma o referente trabalho tem como objetivo analisar o ponto de vista dos secretários da educação de dois municípios, com intuito de avaliar o conhecimento dos mesmos em relação às políticas públicas para averiguarmos seu potencial de assumir um cargo que é de tão grande importância para à Educação Brasileira.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa realizada em dois municípios no estado da Paraíba. Para a coleta de dados um questionário semiestruturado contendo cinco questões abertas, direcionadas aos secretários de educação dos municípios. As questões traziam temas relacionados às políticas educacionais, conselho escolar e entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das respostas dos secretários de educação dos dois municípios abordados dentro desta pesquisa é possível projetar uma imagem um tanto ainda restrita no que se diz respeito as políticas educacionais. Em alguns questionamentos hora uns eram felizes em suas colocações, porém em outros deixavam respostas vagas, demonstrando falta de conhecimento diante desses temas.

A seguir se fará uma análise mais detalhada de cada questionamento e o ponto de vista de cada gestor educacional sobre o tema.

1 Questão

Com relação a pergunta 1, a qual se refere as últimas políticas direcionadas a Educação Básica, e quais são consideradas como importantes e de impacto, obtivemos respostas um tanto quanto limitadas pelos dois secretários da educação entrevistados.

O secretário 1 abordou apenas o Programa Mais Educação como sendo de grande importância para o município, o que é uma verdade. O programa é a estratégia do governo federal para a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Porém, as políticas não se limitam apenas a esse programa, sendo assim, observamos uma certa limitação e pouco conhecimento desse



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

primeiro secretário sobre as Políticas de Educação Básica.

O secretário 2 foi um pouco mais além, onde apresenta alguns pontos importantes, como por exemplo, a criação do Piso Nacional do Magistério, atualização do Plano de Carreira e remuneração, sendo assim, esse secretário se mostra mais preparado que o primeiro, alcançando alguns pontos chaves.

O Piso Nacional lembrado pelo secretário 2, sendo considerado como de grande importância e impacto, é uma das metas (meta 17) exigidas pelo novo PNE (Plano Nacional de Educação). A correção do piso reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Assim como o Piso Nacional, o Plano de Carreira também se inclui como uma das metas (meta 18) do novo PNE, onde diz que, no prazo de 2 anos, após o início do plano, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Um dos programas oferecidos pelo governo, o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. São inúmeros os programas desse tipo, que estão sendo oferecidos pelo governo nesses últimos anos, porém, ainda existem dificuldades que possam totalizar o alcance desse tipo de projeto nos municípios, sendo assim, muitas vezes esses projetos ficam desconhecidos pela própria secretaria de educação do município, e dessa forma, ficando sem receber esses benefícios por simples falta de informação.

Questão 2

Essas foram as respostas dos entrevistados:

5. 1- Como você vê a participação dos conselhos escolares hoje? Funcionam bem?

São bastante atuantes e compromissados com o melhor para a educação do município.

5. 2- Como você vê a participação dos conselhos escolares hoje? Funcionam bem?

Os 9 (nove) conselhos escolares funcionam ativamente. Recebem recursos do FNDE e aplica esses recursos de forma transparente, buscando atender as necessidades das escolas da comunidade escolar.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O Conselho Escolar constitui uma instância colegiada que possibilita a construção de referências comuns a partir de óticas diferenciadas sobre o papel da escola e a forma de resolver os problemas do seu cotidiano (AGUIAR, 2009, p. 178). Este é formado pela representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, como: alunos, professores, pais ou responsáveis, funcionários, pedagogos, diretores e comunidade externa.

O Conselho atua como ponte entre a comunidade e a escola, uma vez que a participação da comunidade não se restringe apenas a conversas com professores e ao acompanhamento do boletim escolar, e através do vínculo com a instituição de ensino, essas famílias poderão participar da administração dos recursos escolares.

A resposta do secretário 1 se mostra bastante limitada, uma vez que o mesmo não escreveu de forma sucinta o seu ponto de vista sobre a atuação dos conselhos escolares existentes na cidade. Em sua escrita, ele mostra que os conselhos escolares são bastante atuantes e compromissados com o melhor para a educação do município.

De acordo com o secretário 2, o mesmo especificou a quantidade de conselhos escolares existentes no município, e afirmou que os conselhos funcionam ativamente e auxiliam na tomada de decisões, agem de forma transparente buscando atender as necessidades da comunidade escolar. Segundo o secretário 2, os conselhos escolares auxiliam na distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

CONCLUSÃO

A partir da pesquisa realizada pode-se perceber o quanto é importante o papel do Secretário Municipal de Educação para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, bem como os mesmos desconhecem a importância de sua função, contribuindo para uma maior precariedade do ensino.

Também pode-se averiguar o desconhecimento dos secretários sobre as atuais políticas educacionais e a diversidade de programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação que podem estar vindo a beneficiar as escolas desses municípios. Porém, foi observado que as duas secretarias reconheciam a importância do Conselho escolar para a construção de uma gestão democrática.

Dessa maneira pode-se inferir o quanto as Secretarias Municipais de Educação ainda necessitam se aprofundar e conhecer as os programas e políticas educacionais que regem a Educação no país, pois é em detrimento desses fatores que a Educação pode avançar, quando todos estiverem cumprindo suas devidas funções em prol



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

de um objetivo comum, garantir educação de qualidade para todos e todas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Conselhos escolares: Espaço de cogestão da escola**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 178, 2009.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselhos escolares**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares>. Acesso em 30 Mai. 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 19 tir. São Paulo: Campus, 1999. p. 6-13.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração** Vol. I. 6. ed. rev. e atualizada, Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2001.

CIEGLINSKI, A. **Financiamneto: Por dentro do FUNDEB**. Revista Escola Pública, ed.iação 47, Nov/Dez, 2015. Disponível em: <http://revistaescolapublica.com.br/textos/18/por-dentro-do-fundeb-246407-1.asp>. Acesso em 28 Mai. 2016.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Série Cadernos de Gestão, vol.3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa. et.al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e político na pós modernidade**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.